

MUNICÍPIO DE TIJUCAS - SC - PODER EXECUTIVO
 PREFEITURA MUNICIPAL DE TIJUCAS
 RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JULHO/2012 A JUNHO/2013

RGF – ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESAS COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	33.381.538,58	25.040,23
Pessoal Ativo	33.239.908,12	24.776,09
Pessoal Inativo e Pensionista	114.385,06	264,14
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	27.245,40	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	520.916,73	21.866,40
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	472.994,25	21.866,40
Decorrentes de Decisão Judicial	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores	47.922,48	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)	32.860.621,85	3.173,83
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (III a + III b)	32.863.795,68	
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL		
	VALOR	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)	69.312.800,21	
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V)*100	47,41	
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III do art.20 da LRF) - 54%	37.428.912,11	
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único do art.22 da LRF) - 51,3%	35.557.466,51	
LIMITE DE ALERTA (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) - 48,6%	33.686.020,90	
FONTE:		

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força inciso II do art.35 da Lei 4.320/64.